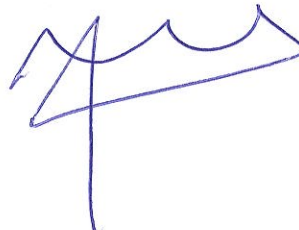


**27. PROPOSTA DA CDU – DEVOLUÇÃO DA AGERE À GESTÃO PÚBLICA:**

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, proposta apresentada pela CDU, relativa à devolução da AGERE à Gestão Pública, documento que se anexa.



A → do Excmo.  
21/1.09  


### Devolução da AGERE à gestão pública

O abastecimento de água, o saneamento, a recolha e tratamento de resíduos, a limpeza e higiene dos espaços públicos são serviços prestados, no concelho de Braga, pela AGERE, empresa de águas, efluentes e resíduos de Braga – EM. Estes serviços correspondem, por um lado, a um direito essencial, designadamente a água, bem escasso e indispensável à vida, e, por outro, a serviços que podem influenciar decisivamente a saúde pública colectiva.

O salto qualitativo entre baixíssimos níveis de atendimento existente em Portugal em 1974 (49% no abastecimento de água, 32% no saneamento e 1% no tratamento de águas residuais) e os níveis de 1994 (84% no abastecimento de água, 63% no saneamento e 32% no tratamento de águas residuais) foi conseguido à custa da dinâmica transformadora do Poder Local Democrático no seguimento da Revolução de Abril.

Considerando:

- Que a AGERE é uma empresa municipal com capital social dividido entre a Câmara Municipal de Braga (51%) e o consórcio privado Geswater (49%);
- Que o consórcio privado, apesar de não deter a maioria do capital, ocupa até hoje uma posição estratégica e de domínio de facto na empresa municipal, tendo como consequência mais directa a orientação dos serviços prestados pela AGERE para a obtenção do lucro, assente na lógica da maximização da rentabilidade do capital privado;
- Que essa mesma lógica acarretou, ao longo dos anos, um aumento de encargos para as populações: de forma directa, enquanto consumidores, com o pagamento de tarifas mais elevadas; mas também indirectamente, enquanto contribuintes, por via do aumento progressivo da transferência da Câmara Municipal através dos subsídios à exploração;

- Que os serviços de abastecimento de água, saneamento, recolha e tratamento de resíduos, limpeza e higiene dos espaços públicos devem ser assegurados pela administração local do Estado, enquanto garantia de uma gestão controlada por órgãos democraticamente eleitos e orientada para a prestação de um serviço público nas melhores condições de qualidade, acessibilidade e preços, de acordo com os interesses das populações e localidades;

- Que a forma de garantir esse modelo de gestão - pública e democraticamente controlada – passa pelo regresso da AGERE a empresa municipal detida em exclusivo pelo Município, sujeitando-a ao interesse público e às necessidades do concelho;

- Que os modelos de concessões e privatizações resultaram em prejuízos para as populações e têm resultado em reversões para o modelo de gestão pública em vários municípios do nosso país, bem como no resto da Europa, mesmo que recorrendo a acções litigiosas.

Proponho que a Câmara Municipal de Braga:

- 1- Inicie negociações com as entidades do consórcio privado da AGERE, abordando a possibilidade de aquisição dos 49% de capital por este detido, por um valor justo e devidamente fundamentado, no horizonte máximo de um ano;
- 2- Concretize a remunicipalização da AGERE até ao final do actual mandato (2025), mesmo que veja impossibilitada ou dificultada a iniciativa referida no ponto 1, e o faça então de acordo com os termos previstos na Lei.

**Braga, 15 de Novembro de 2021**

**A Vereadora da CDU  
Bárbara Barros**